

Desemprego: teorias e evidências sobre a experiência recente na OECD* (I)

Edward J. Amadeo**

Este artigo discute, em sua primeira parte, temas essencialmente teóricos ligados à causa do desemprego, abrangendo desde a *Teoria geral de Keynes* até a teoria do ciclo real, da década de 70. A segunda parte gira em torno de novas interpretações do fenômeno do desemprego, com um enfoque especial sobre o ressurgimento do desemprego crônico das economias da OECD e de como a estrutura sindical efetivamente afetou o desempenho macroeconômico desses países.

1. Introdução; 2. Conceitos e definições preliminares; 3. O efeito de Keynes e a abordagem neo-ricardiana; 4. Da curva de Phillips à teoria do ciclo real; 5. Flexibilidade salarial, instabilidade e desemprego.

1. Introdução

Este artigo, dividido em duas partes, tem por objetivo fazer uma discussão sistemática das teorias do desemprego desde a publicação da *Teoria geral de Keynes*. Não se trata de um estudo histórico nem tampouco exaustivo no sentido de cobrir a literatura relevante nos últimos 52 anos. A abordagem é essencialmente analítica. O que se pretende é estabelecer uma tipologia das principais teorias do desemprego, e localizar as principais contribuições em cada uma das abordagens. Há uma clara preferência pelas teorias que privilegiam aspectos macroeconômicos do desemprego. Ênfase especial é dedicada às contribuições mais recentes, notadamente às elaboradas a partir da primeira metade da década de 70.

A primeira parte está dividida em cinco seções. Na seção 2 são apresentados os principais conceitos e definições utilizados no texto; em particular, os conceitos de oferta e demanda de emprego, pleno emprego e plena utilização da capacidade, desemprego clássico, keynesiano e kaleckiano. A seção seguinte ocupa-se das noções de rigidez salarial e efeito Keynes, e da abordagem neo-ricardiana à teoria keynesiana do

* O autor agradece as sugestões de Marcello Estevão e José Carlos dos Reis Carvalho. Antônio de Pádua Bittencourt foi o responsável pela elaboração dos gráficos.

** Professor associado na PUC-RJ.

desemprego. Na seção 4 são examinadas as teorias da curva de Phillips e do ciclo real. A relação entre a flexibilidade dos salários nominais e o desemprego é revista na seção 5.

A segunda parte do artigo, a ser publicada posteriormente, apresenta mais duas seções. A seção 6 é uma resenha das teorias recentes, na qual as teorias são estudadas à luz de evidências sobre a nova onda de desemprego nos países capitalistas avançados. A última seção resume e sistematiza as conclusões deste artigo.

2. Conceitos e definições preliminares

O objetivo desta seção é estabelecer um quadro conceitual para a discussão sobre causas do desemprego e, ao mesmo tempo, lançar as bases das principais questões teóricas a serem analisadas ao longo do artigo. O foco da análise estará concentrado nos conceitos de oferta e demanda de trabalho, pleno emprego, desemprego clássico, keynesiano e kaleckiano, e na noção de desemprego involuntário. Há imensas dificuldades na comparação entre os diferentes tipos de desemprego, principalmente porque suas análises partem de sistemas teóricos e, portanto, pressupostos diferentes. Em todo caso, uma resenha deve ter por objetivo o estabelecimento de uma taxonomia que permita comparar as diferentes causas do desemprego. A análise das interpretações sobre a nova onda de desemprego nos países da OECD terá como pano de fundo conceitos macroeconômicos básicos, que serão agora brevemente resumidos.

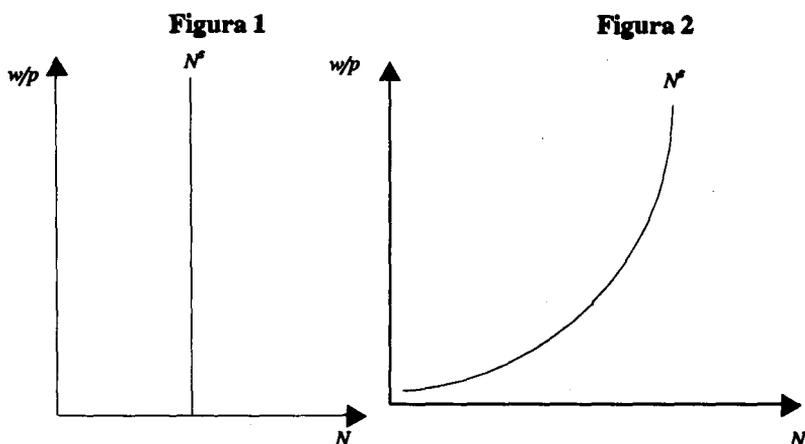
2.1 As noções de oferta de trabalho, pleno emprego e produto potencial

A definição convencional de oferta de trabalho parte da hipótese de que os trabalhadores exercem uma escolha entre dois conjuntos de bens — o lazer e os bens que podem comprar com seus salários. Nesta definição está implícita a noção de que o trabalho gera desprazer, e de que há um nível de salário que faz o trabalhador abrir mão do lazer. De fato, o salário deverá ser tanto maior quanto maior for o número de horas de privação do lazer.

Não há dúvida de que, em situações normais, considerando apenas uma parcela da força de trabalho, há um nível salarial a partir do qual cada indivíduo estará disposto a se empregar (o *reservation wage*). Além disso, para este mesmo grupo, há um conjunto restrito de ocupações às quais cada trabalhador estará disposto a se candidatar. Para isso concorrem forças de diferentes tipos: o capital humano de cada trabalhador, fatores culturais que indicam as ocupações socialmente aceitáveis de acordo com a sua extração

social, sua capacidade de se manter e à sua família enquanto estiver desempregado, etc.

No curto prazo, a oferta de trabalho, ou seja, a idéia de que os trabalhadores tomam o salário real como sinal para definir sua disposição de trabalhar, pode ser expressa por uma curva que indica o número *máximo* de horas devotadas voluntariamente ao trabalho para cada nível de salário nominal, dado o nível de preço esperado. Como a figura 1, esta definição dá origem a uma fronteira, e à sua esquerda a utilidade do salário excede a desutilidade marginal do trabalho. Ao longo da fronteira, a utilidade do salário real esperado corresponde à desutilidade marginal do trabalho.



A ênfase da idéia de que a oferta de trabalho cai quando cai o salário real pode ser criticada por diferentes razões. Em primeiro lugar, nem sempre os trabalhadores reduzirão a oferta de trabalho se o nível de preços observado for maior do que o esperado. O mais provável é que, se essa discrepância for significativa, haja demandas por uma revisão do salário, o que pode até esperar pelo novo período de dissídio. Tampouco é necessariamente verdade que o trabalho gere desprazer. Para muitas ocupações (nem todas, é claro), a profissão cumpre um papel social e cultural importante para o trabalhador. Por outro lado, estar desempregado, principalmente por um período longo de tempo, tem desdobramentos morais indesejados para o trabalhador. Se não há benefícios para desempregados, estar desempregado pode ter conseqüências econômicas desastrosas para a família do trabalhador. Estes argumentos indicam que, em geral, dadas as características das economias capitalistas industrializadas, os trabalhadores preferem estar empregados a desempregados, e que o nível de salário real é um fator dentre muitos na definição da oferta de trabalho.

Uma versão alternativa, que contempla esses qualificativos, sugere que a oferta de trabalho é relativamente inelástica; vale dizer, apenas tenuemente relacionada com o salário real. No limite, esse nível de emprego (que corresponde à noção cotidiana de pleno emprego) é dado pelo emprego de homens e mulheres entre 18 e 65 anos, com jornada de trabalho regular ao longo do ano. A figura 2 representa essa situação. Variações em torno desse marco dependem de fatores econômicos e culturais (que afetam a participação de mulheres jovens na força de trabalho, por exemplo) das políticas públicas incluindo programas de treinamento, benefícios para desempregados, etc., e da legislação trabalhista (preço da hora extra, licença para gestantes, etc.)

Keynesianos e marxistas estão entre os principais adeptos da versão modificada da curva de oferta de trabalho. Marglin (1984, p. 104), por exemplo, nota que: “As dificuldades para garantir a sobrevivência fora do setor capitalista sugerem que, no curto prazo pelo menos, não é preciso haver um *reservation wage* absoluto, ao menos não para a *classe* trabalhadora como um todo. Ou então, na falta de benefícios para desempregados e riqueza familiar acumulada, o *reservation wage* para a *classe* como um todo pode ser pensado como sendo zero: trabalhadores e suas famílias precisam comer, e qualquer salário é melhor do que nenhum”.

Estas observações são especialmente convincentes no caso de economias em que não há qualquer tipo de benefícios para desempregados e onde, portanto, o custo de estar desempregado é extremamente elevado para o trabalhador. Solow (1986, p. 33) descreve uma conversa casual com um colega sobre o que os estudantes de pós-graduação em economia devem saber sobre a macroeconomia: “Eu deixaria de fora o tratamento da oferta de trabalho pois pode-se supor que a oferta de trabalho é dada ou constante no curto e médio prazos sem perder nada de fundamental sobre a macroeconomia.”

Esta observação pode ser vista como a resposta keynesiana depois de uma década de domínio entre os macroeconomistas das idéias de Lucas e seus associados para quem a curva de oferta de trabalho tem um papel fundamental.¹ De fato, segundo a versão de Lucas da curva de oferta agregada, à parte os choques estocásticos, o movimento da economia em torno do equilíbrio depende essencialmente de processos de otimização intertemporais que definem a oferta de trabalho dos agentes.

Antes de passar adiante, convém distinguir dois conceitos que em geral são usados indistintamente, mas que, a rigor, devem ser diferenciados: os

¹ Na seção 3 examinaremos com detalhes a versão moderna da curva de oferta de trabalho devida a Lucas.

conceitos e pleno emprego da força de trabalho e plena utilização da capacidade. Na *Teoria geral*, Keynes sugere implicitamente que há coincidência entre as duas situações, isto é, quando a economia atinge um ponto de pleno emprego, atinge simultaneamente a situação de plena utilização da capacidade. Em geral, isto não é verdade. No longo prazo, a não ser nos modelos neoclássicos, os determinantes da taxa de crescimento da força de trabalho e do estoque de capital são independentes. Logo, a qualquer momento, dada a demanda efetiva, os graus de utilização da força de trabalho e da capacidade produtiva podem diferir. É possível que a economia chegue à situação de pleno emprego antes de ocupar totalmente a capacidade de produzir, ou vice-versa.

Assim, no curto prazo, dados o estoque de capital (K) e a oferta de trabalho de acordo com a segunda definição tratada anteriormente (N_f), o nível de produto potencial (X_p) é dado por:

$$X < X_p = \min [(1/b)N_f, (1/a)K] \quad (1)$$

onde: X é o produto efetivo, b é o coeficiente técnico de trabalho, e a , o coeficiente técnico do capital; logo, $K/a = X_f$ indica o nível de utilização da capacidade produtiva.

Esta distinção indica ainda que, dada a discrepância entre os níveis de produto correspondentes às situações de pleno emprego e plena utilização da capacidade, as dinâmicas dos mercados de trabalho e bens podem ser significativamente diferentes. De fato, é possível imaginar situações em que há excesso de demanda no mercado de bens e excesso de oferta no mercado de trabalho, ou vice-versa.

Pode-se estabelecer uma relação entre as taxas de desemprego e utilização da capacidade. A taxa de desemprego é dada por:

$$U = 1 - (N/N_f) = 1 - (bX/N_f) \quad (2)$$

O grau de utilização da capacidade é dado pela expressão:

$$z = \frac{X}{X_f} = (1 - U) \frac{a N_f}{b K} \quad (3)$$

onde: N_f/K é a razão trabalho/capital, dada pela dotação destes fatores de produção na economia, e a/b é a razão capital/trabalho, determinada pela tecnologia, que faz com que se produza de forma eficiente. Assim, dadas a tecnologia e a dotação dos fatores, a utilização da capacidade mantém uma relação inversa com a taxa de desemprego. Nada impede, porém, que a taxa

de desemprego chegue ao seu mínimo sem que a economia tenha atingido a plena utilização da capacidade, ou vice-versa.

2.2 A noção de desemprego clássico

Existem pelo menos dois fatores, ambos relacionados com o nível do salário real, que podem limitar o produto da economia a um nível inferior àquele necessário para o pleno emprego da força de trabalho.² O primeiro diz respeito à relação entre o salário real (a rigor, o custo do trabalho) e a lucratividade das firmas. O outro refere-se à relação entre o salário real e o nível de demanda agregada de equilíbrio, isto é, aquele que iguala renda e dispêndio. Nesta subsecção discutimos o primeiro dos fatores.

O desemprego do tipo clássico decorre do nível excessivamente alto do salário real, dados o estoque de capital e a tecnologia. A idéia é que as firmas maximizam lucros, igualando seu custo marginal ao preço esperado. Dada a hipótese complementar de rendimentos marginais decrescentes, pode-se derivar uma curva de demanda de trabalho negativamente inclinada no espaço (salário real, nível de emprego).³ Assim, para um dado nível de salário real, obtém-se o nível de emprego que maximiza os lucros da firma, o qual pode ou não corresponder ao pleno emprego da força de trabalho. Na figura 3, está representada uma situação de desemprego clássico: dado o salário $(w/p)^1$, o nível de demanda de trabalho $(N)^d$ é menor do que a oferta (N^*) .

² Há ainda um terceiro fator não discutido aqui: restrições ligadas ao balanço de pagamentos.

³ A derivação da curva de demanda por trabalho, bem como a necessidade da hipótese de rendimentos decrescentes, podem ser mais bem compreendidas a partir do procedimento algébrico para a maximização de lucros. O objetivo da firma seria maximizar lucro (L), que podemos expressar como:

$$L = pX - wN$$

onde:

p = preço do produto da firma

X = produto da firma

w = salário

N = nível de emprego

O problema de maximização estaria sujeito à função de produção da firma:

$$X = f(N)$$

logo teríamos:

$$\text{MAX: } L = pf(N) - wN$$

Fazendo a primeira derivada igual a zero:

$$pf_N - w = 0 \Rightarrow f_N = w/p$$

isto é, o valor do salário real deverá ser igual à produtividade marginal do trabalho. No entanto, para que esse ponto seja um ponto de máximo, é necessária a hipótese de rendimentos decrescentes, que deriva da condição de segunda ordem da maximização, vale dizer: $f_{NN} < 0$.

Figura 3

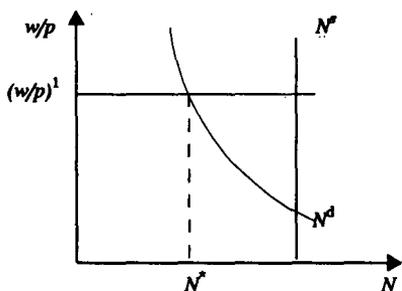
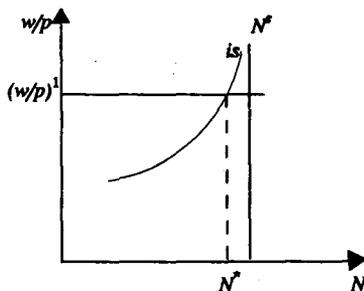


Figura 4



Grande parte das interpretações sobre a nova onda de desemprego nos anos 80 aponta como principal responsável pelo fenômeno o fato de os salários reais estarem demasiadamente elevados. Em nível teórico, o trabalho de Malinvaud (1977, p. 106-7) pode ser visto como um representante exemplar destas interpretações:

“Entre as várias combinações de eventos, a mais favorável para o desemprego clássico ocorre quando há uma súbita redução na quantidade final do produto por unidade de trabalho, e quando expectativas ou tensões sociais levam a um crescimento anormal dos salários reais. Pode-se argumentar que esta situação iniciou-se nos anos finais da década de 60 e começo da de 70. Ela pode ser parcialmente responsável pelo substancial nível de desemprego durante o *boom* de 1972/73. Foi um fator importante durante a recessão de 1975.”

Entre os trabalhos que buscam examinar as causas do desemprego na Europa (discutidos na seção 6), a principal preocupação é com o processo de formação de salários e preços, e os processos sociais e institucionais que explicam o comportamento dos salários reais nos diferentes países. Um resultado é praticamente consensual: o desemprego é menor nos países em que houve moderação salarial *vis-à-vis* o movimento da produtividade do trabalho. Neste sentido, do ponto de vista teórico, o diagnóstico sobre a principal causa do desemprego na década de 80 é o mesmo que o diagnóstico ortodoxo na década de 30. Colocando à margem a adequação desta explicação para o desemprego contemporâneo na Europa, seu ressurgimento 50 anos depois da publicação da *Teoria geral* não deixa de ser uma ironia da história.

2.3 A noção de desemprego kaleckiano

A segunda barreira para o crescimento do emprego é dado pelo nível de demanda agregada. A equação de demanda agregada em uma economia fechada pode ser escrita como segue:

$$pX = cpX + A \quad (4)$$

onde: A é a demanda monetária autônoma (investimentos, déficit fiscal e consumo autônomo) e c a propensão a consumir. Supondo que $cpX = wN$, ou seja, que o consumo corresponde à massa de salários,⁴ pode-se reescrever a equação da seguinte maneira:

$$X = (w/p)bX + (A/p) \quad (5)$$

Logo:

$$X^* = N^*/b = \frac{(A/p)}{[1 - (wb/p)]} \quad (6)$$

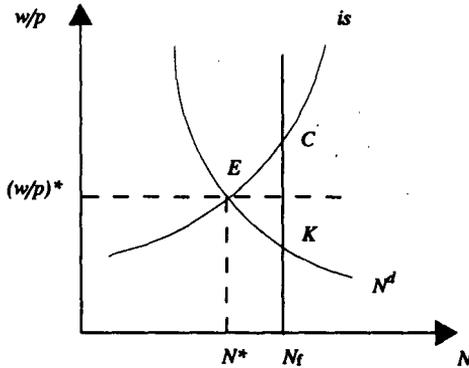
onde: o termo $\frac{wb}{p}$ é a participação dos salários na renda da economia. A equação (6) representa o equilíbrio no mercado de bens, que implica, pela sua vez, a igualdade entre poupança e investimento: a conhecida curva (is).

Segundo o modelo, uma redistribuição da renda a favor dos salários ou um crescimento do componente autônomo aumentam o nível de emprego. Assim, como desenhado na figura 4, há uma relação positiva entre o salário real e o nível de emprego. Neste caso, o fato de os salários estarem baixos pode representar uma barreira para o crescimento do emprego.

A combinação das curvas de demanda de trabalho (N^d), oferta de trabalho (N^s) e equilíbrio de demanda (is) dá origem à figura 5. Deve-se lembrar, entretanto, que as firmas trabalham sempre em cima da sua curva de demanda. Na figura, o ponto C representa uma situação de excesso de oferta no mercado de trabalho: as firmas venderiam toda a sua produção se empregassem N_f trabalhadores, mas não estariam maximizando lucros; daí por que empregam menos trabalhadores. No ponto K , por outro lado, as firmas maximizam lucros, mas são incapazes de

⁴ Esta hipótese implica que a propensão a consumir a partir dos salários é 1 e a partir dos lucros é zero — uma hipótese tipicamente kaleckiana.

Figura 5



realizar seus lucros, porque não há demanda. O ponto E caracteriza uma situação de equilíbrio de demanda no mercado de bens (os bens produzidos são vendidos) e equilíbrio das firmas (as firmas maximizam lucros), mas há $(N_f - N^*)$ desempregados.

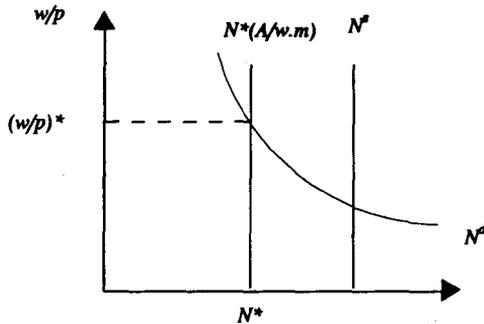
O mais interessante desta análise é que o salário de equilíbrio $(w/p)^*$ implica simultaneamente um tanto de desemprego clássico e um tanto de desemprego kaleckiano. O pleno emprego é incompatível com este salário, pois, se todos os trabalhadores fossem empregados e ganhassem $(w/p)^*$, as firmas não estariam maximizando lucros, e seriam incapazes de vender toda a sua produção ao preço corrente. Isto significa apenas que uma situação de desemprego clássico não é incompatível com a presença de desemprego do tipo kaleckiano. Sendo assim, nada garante que uma redução do salário real em si seja capaz de reduzir o desemprego: pode simplesmente substituir desemprego clássico por desemprego kaleckiano, e vice-versa.

2.4 A noção de desemprego keynesiano

O desemprego keynesiano tal como encontrado na literatura moderna pode ser visto como uma variante do caso kaleckiano, sendo que a demanda agregada é independente do salário real. Neste caso, a demanda agregada depende criticamente da relação entre o gasto autônomo nominal e o salário nominal. Parte-se de uma equação de demanda agregada semelhante à do modelo kaleckiano, supondo-se, entretanto, que a propensão a consumir é a mesma para salários e lucros:

$$pF(N) = mA \tag{7}$$

Figura 6



onde: $m = 1/(1-c)$, $X - F(N)$ é a função de produção agregada, com $F'(N) > 0$ e $F''(N) < 0$, e, como antes, A é o nível de gastos autônomo e w , o salário nominal médio. Substituindo p na equação de maximização de lucros,

$$F'(N) = w/p \quad (8)$$

obtém-se:

$$f(N^*) = F(N^*)/F'(N^*) = m(A/w) \quad (9)$$

onde: $df/dN = 1 - [(F.F'')/F'^2] > 0$. Esta relação corresponde à reta vertical na figura 6.

Logo, dado o multiplicador (m), um crescimento da relação A/w está associado a um crescimento no nível de emprego.⁵ Como se pode notar na figura 6, o nível de emprego de equilíbrio pode ser menor do que o nível de pleno emprego.

Ao contrário dos casos clássico ou kaleckiano, o salário real é *endógeno* neste modelo. Se há desemprego não é porque o salário real está muito alto ou muito baixo, mas porque a relação entre dispêndio nominal autônomo e salário nominal é muito baixa. Este modelo é uma aproximação do pensamento keynesiano moderno, que vê na relação entre a política de demanda agregada e a determinação dos salários *nominais* os principais determinantes do nível de atividade na economia. Segundo Solow (1986, p. 30), por exemplo, "a estratégia correta é concentrar-se nas variáveis exógenas (e obviamente nas condições de equilíbrio). O

⁵ No lugar do multiplicador keynesiano pode-se introduzir a equação quantitativa $pF(N) = MV$. Neste caso, o nível de emprego seria dado por $F(N^*) = MV/w$. Aqui, o nível de emprego estaria diretamente associado à quantidade real de moeda.

que quer que se pense sobre o salário nominal, é pouco provável que o salário real seja exógeno, com exceção de casos muito particulares”.

Nickell (1985, p. 52), na mesma linha, observa que, se bem que a relação entre crescimento do desemprego e do custo do trabalho seja sugestiva, “ela não nos leva muito longe (...) pois ambos, o desemprego e o salário real, são resultados e, de nenhuma forma, pode o último ser visto como o fator exógeno que determina o primeiro”.

A principal mensagem destas duas observações é a de que, a não ser em casos muito especiais (de economias pequenas e abertas ou quando de negociações em nível nacional para decidir a fixação de salários e preços), o que importa do ponto de vista da análise dos mercados de trabalho e bens é a fixação de salários nominais e dos preços. O salário real, em geral, é endógeno tanto quanto o próprio nível de emprego.

2.5 A noção de desemprego involuntário

Segundo a definição da *Teoria geral*, de Keynes (e de fato aceita universalmente), há desemprego involuntário quando trabalhadores desempregados estão dispostos a se empregar por um salário real igual ou marginalmente menor do que o corrente e ainda assim não encontram ocupação. Esta definição, entretanto, não implica que seja facultado aos trabalhadores provocarem uma redução do salário real e, assim, o crescimento do emprego. Aos trabalhadores cabe influenciar tão-somente a determinação do salário nominal. O que ocorre com o salário real depende de decisões alheias à vontade dos trabalhadores. Portanto, a definição poderia ser reescrita da seguinte forma: há desemprego involuntário se, mesmo diante de uma redução do salário nominal, não cresce o nível de emprego e não cai o salário real.

De fato, pode-se argumentar que é precisamente a noção de impotência dos trabalhadores desempregados o que empresta ao fenômeno de desemprego sua natureza *involuntária*. A seguinte passagem da *Teoria geral* (p. 13) apóia esta interpretação: “Possivelmente não há um método à disposição dos trabalhadores como um todo capaz de igualar o equivalente em termos de bens-salário ao nível de salários nominais e à desutilidade marginal do nível de emprego corrente. Pode não haver nenhum expediente pelo qual os trabalhadores como um todo possam reduzir o salário *real* através de revisões do salário *nominal*.”

No modelo keynesiano convencional, uma redução do salário nominal gera o crescimento do nível de emprego, pois nem o multiplicador nem os gastos nominais dependem do nível de salários. Entretanto, a redução do salário nominal pode afetar negativamente o multiplicador ou o nível de gastos nominais, de tal forma que o nível de emprego caia e o salário real

amente. Estes efeitos não fazem parte do modelo keynesiano convencional, embora tenham revivido recentemente com trabalhos de dois dos mais proeminentes teóricos modernos — Hahn & Solow (1986).

3. O efeito Keynes e a abordagem neo-ricardiana

A teoria do emprego desenvolvida na *Teoria geral*, de Keynes, é única pela centralidade que atribui ao salário nominal, não só como unidade contábil mas também como principal divisor de águas entre a análise estática (em que o salário é tomado como dado) e a análise dinâmica (em que o salário nominal é flexível). Neste sentido, no livro, a rigidez ou a flexibilidade do salário é fruto de uma opção essencialmente metodológica.⁶ No modelo dinâmico, variações no salário nominal induzem movimentos (a princípio imprevisíveis) no nível de emprego.

Uma diferença importante entre os modelos de desemprego das décadas de 20 e 30, ou a análise keynesiana convencional desde pelo menos a década de 60, e a análise desenvolvida na *Teoria geral*, está no tratamento dado à rigidez ou flexibilidade do salário nominal. Nos modelos anteriores à publicação do livro, bem como nos modelos do pós-guerra, ou os salários são tratados como rígidos (por razões de ordem institucional), ou senão sua flexibilidade funciona no sentido de restaurar uma situação de equilíbrio com pleno emprego. No primeiro caso, dado o salário nominal e o nível de preços, o salário real fica determinado e a análise do desemprego resume-se à determinação do nível de emprego compatível com a maximização de lucros das firmas. Se o salário nominal é flexível, entretanto, os efeitos Keynes e Pigou-Patinkin tratariam de restaurar a situação de pleno emprego.

3.1 A análise de Keynes no *Tratado*

Keynes, no *Tratado sobre a moeda* (1930), apresenta uma análise (talvez a mais clara entre os escritos da época) do efeito restaurador do pleno emprego de variações no salário nominal. Na verdade, o argumento gira essencialmente em torno do efeito Keynes.⁷ A seqüência causal típica do *Tratado* inicia-se com uma mudança na quantidade de moeda, ou uma mudança na taxa de juros. Qualquer destas mudanças implica uma discre-

⁶ Os demais parâmetros são a quantidade nominal de moeda, a propensão a consumir, o estado de preferência pela liquidez e as expectativas de longo prazo quanto ao rendimento dos investimentos.

⁷ A análise dos próximos parágrafos segue de perto o trabalho de Amadeo, *Keynes's principle of effective demand*, p. 59-65.

pância entre as taxas de juros natural e de mercado, e, conseqüentemente, entre os níveis de poupança e investimento. Uma redução na quantidade de moeda gera crescimento da taxa de juros praticada no mercado, excesso de poupança relativamente ao nível de investimento (que equivale a excesso de oferta no mercado de bens) e queda no nível de preços. Se os salários são rígidos, cai a lucratividade das firmas, que passam a produzir e a empregar menos. A redução dos salários, para compensar a queda dos preços, tem o papel de restabelecer a lucratividade das firmas, que voltam a empregar.

A redução dos preços, legitimada pela queda dos salários, gera uma redução na demanda por moeda para fins de transação, e, dada a oferta de moeda, uma redução na taxa de juros. A extensão deste efeito determina a rapidez com que os níveis de poupança e investimento voltam a se igualar, restabelecendo o equilíbrio. O retorno ao equilíbrio vem acompanhado de crescimento no nível de emprego: por um lado, as firmas voltam a produzir mais devido ao crescimento da lucratividade; por outro, o nível de investimento aumenta, e o de poupança cai, com a queda da taxa de juros, e ambos os efeitos fazem crescer a demanda agregada, tornando possível a realização dos lucros das empresas. Assim, a queda dos salários e seu efeito sobre a taxa de juros são os mecanismos de ajuste por excelência neste processo.

A predominância dos efeitos Keynes e Pigou-Patinkin⁸ é um elemento fundamental do pensamento keynesiano das décadas de 60 e 70. De fato, até hoje, entende-se por modelo keynesiano um modelo macroeconômico com salários nominais relativamente rígidos. Se os salários caem diante do crescimento do desemprego, os efeitos Keynes e Pigou-Patinkin restabelecem os níveis de emprego anteriores. Assim, a noção de equilíbrio com desemprego não passa de uma situação temporária decorrente da rigidez à baixa dos salários.

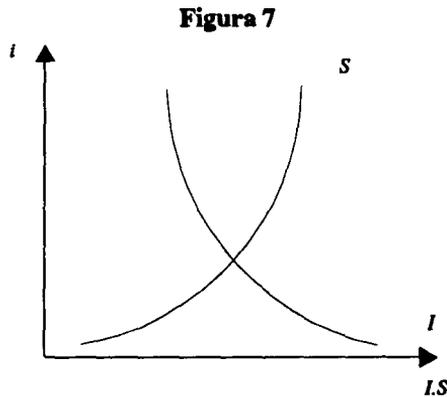
3.2 A crítica neo-ricardiana

Uma corrente de pensamento pouco conhecida entre os círculos mais ortodoxos tem chamado a atenção para a fragilidade da teoria do desemprego keynesiana. No lugar de considerar os efeitos deletérios para a criação de empregos da queda dos salários, os neo-ricardianos (Garegnani, 1978, 1979; Eatwell, 1983; e Milgate, 1982), com base nos resultados da controvérsia do capital da década de 60, apontam para a fragilidade

⁸ O efeito Pigou-Patinkin estabelece uma relação entre a queda dos salários e a diminuição do nível de preços e o crescimento da riqueza real dos agentes que passam a dispendar mais, gerando um aumento da demanda e do emprego.

dos fundamentos teóricos por detrás da curva de demanda de investimento como a principal causa da neoclassização do pensamento keynesiano.⁹

A função de investimento tanto pode apresentar inclinação positiva quanto negativa. Esta ambigüidade é consequência da correlação entre taxa de lucros e o valor do capital, que, conforme a famigerada controvérsia de Cambridge, pode ser positiva ou negativa.¹⁰ Com base em um sistema de preços sraffiano, é possível mostrar que a relação entre a taxa de juros e o valor do estoque de capital não é monotônica. Portanto, que a curva de demanda por investimento (derivada da curva de demanda por capital) tampouco é monotonicamente relacionada com a taxa de juros. Supõe-se haver uma relação positiva entre o nível de poupança correspondente ao produto de pleno emprego da força de trabalho e a taxa de juros (a curva *S* nas figuras 7, 8 e 9). A figura 7 ilustra o caso em que a curva de demanda por investimento é monotonicamente decrescente (caso suposto por Keynes e Keynesianos). As figuras 8 e 9 ilustram os casos em que a relação é monotônica crescente (não prevista pela teoria keynesiana).



A crítica neo-ricardiana à teoria neoclássica e keynesiana de distribuição e emprego baseia-se na possibilidade de inexistência ou instabilidade do equilíbrio de pleno emprego. Na figura 7, o equilíbrio de pleno emprego existe e é estável. Este é o caso bem comportado usualmente presente nas análises keynesianas. Na figura 8, o equilíbrio existe, mas não é estável. Um

⁹ A análise que se segue deriva do trabalho conjunto de Dutt & Amadeo (1990).

¹⁰ Ver Garegnani (1978), Milgate (1982) e Dutt & Amadeo (1990).

Figura 8

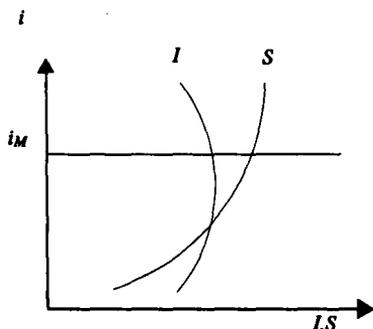
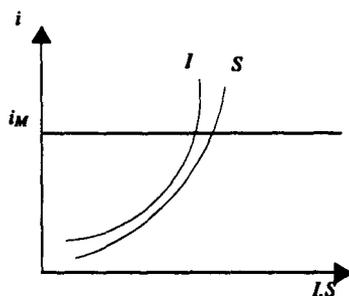


Figura 9



desvio marginal da posição de equilíbrio leva o sistema para um dos extremos do espectro distributivo. Na figura 9, o equilíbrio não existe, o que demonstra a inconsistência de qualquer modelo que procure explicar a determinação das taxas de juros de longo prazo e do nível de emprego através desse aparato. Esta análise, com base na possibilidade de *reswitching* das técnicas de produção, aponta para a fragilidade de qualquer teoria que suponha uma tendência do sistema na direção da posição de equilíbrio entre investimento e poupança, e pleno emprego da força de trabalho.

A tese neo-ricardiana é que, a princípio, não há razão para se supor que o sistema tenda para uma situação de equilíbrio com pleno emprego. Como é possível, entretanto, que um sistema com as características ilustradas nas figuras 8 e 9 seja capaz de iluminar a análise do comportamento de uma economia capitalista? Afinal, em ambos os casos, o sistema aparenta um grau de instabilidade maior do que o observado. A solução parece estar na fixação da taxa de juros monetária e no ajuste via quantidades (emprego e produção) diante de discrepâncias entre os níveis de investimento e poupança de pleno emprego. Uma situação de desemprego crônica resultaria, em ambos os casos, se as autoridades monetárias fixassem a taxa de juros a um nível i_M . Essa estilização aparentemente não difere da análise convencional, que vê na rigidez dos salários ou na própria taxa de juros a causa do desemprego. A semelhança, porém, é limitada: no caso convencional (figura 7), se não há rigidez, o sistema converge para uma posição de equilíbrio com pleno emprego. Nos dois outros casos, a flexibilidade da taxa de juros acarreta

uma onda de instabilidade. Neste sentido, a rigidez da taxa de juros pode ser vista como a âncora de um sistema inerentemente instável.

Assim, ao contrário da análise convencional, o que se destila do argumento neo-ricardiano não é que a rigidez dos salários ou da taxa de juros é a causa do desemprego, mas que a flexibilidade da taxa de juros geraria uma onda de instabilidade e possivelmente mais desemprego.

4. Da curva de Phillips à teoria do ciclo real

A literatura sobre macroeconomia da segunda metade da década de 60 e da década de 70 foi dominada pelo debate em torno do suposto *trade-off* entre desemprego e inflação. O debate sobre a inclinação da curva de Phillips e suas flutuações é por demais conhecido e dispensa uma análise mais detalhada.¹¹ O objetivo aqui é construir uma versão simples do desenvolvimento das idéias nesta literatura, a fim de iluminar a discussão sobre as causas do desemprego.

Um modelo geral que sintetize esta literatura parte da curva de Phillips na versão Friedman (1968), isto é, incorporando a inflação esperada à equação de excesso de demanda no mercado de trabalho:

$$W = P^* + g(U' - U) \quad g > 0 \quad (10)$$

onde: W é a taxa de variação do salário nominal, P^* é a taxa de inflação esperada, g é um parâmetro que mede a velocidade de ajuste dos salários com relação ao excesso de demanda no mercado de trabalho, U' é a taxa natural de desemprego e U , a taxa de desemprego corrente. A esta equação é acoplada uma equação de demanda nominal, geralmente uma versão da teoria quantitativa da moeda:

$$P = D + V - G \quad (11)$$

onde: D é a taxa de crescimento do estoque de moeda, V , a taxa de variação da velocidade de circulação da moeda e G , a taxa de crescimento tendencial da economia. Fazendo $V = G = 0$, tem-se que:

$$P = D \quad (12)$$

¹¹ Para uma análise detalhada das controvérsias e principais conclusões, ver Amadeo (1982).

isto é, que a taxa de inflação é dada pela taxa de crescimento da quantidade de moeda.

Em equilíbrio, tem-se que $U = U^*$ e $W = P^* = D$. No curto prazo, porém, se os trabalhadores formam suas expectativas de modo adaptativo, ou se há contratos salariais denominados em termos monetários, e a política monetária muda durante a vigência desses contratos, a taxa de desemprego pode desviar-se da taxa natural. Partindo de uma situação de pleno emprego, basta que, por exemplo, a taxa de inflação esperada seja menor do que a observada, ou que os trabalhadores não sejam capazes de rever o acordo salarial dada uma expansão monetária, para que haja forças no sentido de a taxa de desemprego observada ser menor do que a taxa natural. Isto porque, em qualquer dos dois casos, a queda do salário real abaixo daquele compatível com o pleno emprego induz as firmas a empregarem mais trabalhadores. No caso de erros expectationais, os trabalhadores empregados estarão recebendo um salário menor do que supõem. No caso de contratos longos, haverá excesso de demanda no mercado de trabalho.

Este era o modelo-padrão até a primeira metade da década de 70, quando então surge a noção de expectativas racionais com três postulados básicos: que firmas e trabalhadores maximizam intertemporalmente lucros e utilidade, respectivamente; que os mercados se equilibram continuamente; e que os agentes formam expectativas de modo racional. Quanto ao primeiro ponto, a idéia principal refere-se ao processo de maximização intertemporal de uma função de utilidade de um trabalhador representativo: "Um agente inicia um período com um estoque acumulado de riqueza. Ele se vê diante de trajetórias de preços ao longo do tempo... Com base em suas preferências quanto à oferta de trabalho e demanda por bens ao longo do tempo, ele traça seu plano. Se há certeza quanto ao futuro, ele se vê formulando um único plano sem revisões; se há incerteza, ele deve estabelecer planos de contingência, dizendo como ele reagirá diante de eventos imprevisíveis" (Lucas, 1981, p.222).

O principal objetivo dos formuladores da teoria das expectativas racionais é explicar os ciclos econômicos entendidos como movimentos conjuntos de preços e salários com base no comportamento do agente representativo. A história por detrás da teoria dos ciclos reais começa com um "trabalhador-produtor que (...) chega ao seu local de trabalho, observa o preço [salário] sendo pago, determina o número de horas a trabalhar naquele dia, vende seu produto, vai para casa e relaxa" (Lucas, 1981, p. 224).

Diante do salário nominal observado, o trabalhador deve tomar uma decisão intertemporal sobre a oferta de trabalho ao longo do tempo. Supondo que ele saiba que o nível de preços está fixo, sua decisão se fará

observando o salário real corrente. Aqui é importante que se faça a distinção entre mudanças temporárias e permanentes do salário real. A idéia é que o trabalhador reage a mudanças transitórias no salário real, mas não a mudanças permanentes. Se o salário hoje é percebido como transitoriamente maior do que a média, o trabalhador trabalhará mais; uma mudança permanente no salário, entretanto, terá um efeito pequeno sobre a oferta de trabalho.

Diante de um crescimento do salário real, o trabalhador-produtor deve considerar suas expectativas quanto ao caráter transitório ou permanente da mudança. Ele faz isto utilizando-se da experiência passada. Se no passado, a maior parte das mudanças foi transitória, ele estará mais propenso a esperar que mais uma vez a mudança observada seja transitória. Isto é, sua decisão dependerá da variância relativa de mudanças temporárias e permanentes no passado.

Dando um passo adiante, pode-se supor que o trabalhador observa variações no salário nominal, mas desconhece o movimento do nível de preços. Sua decisão intertemporal dependerá não apenas da natureza dos movimentos observados do salário nominal, mas também da expectativa do movimento dos preços. De acordo com o terceiro postulado mencionado, os agentes formam suas expectativas de modo racional. Isto significa que a formação de expectativas baseia-se no melhor uso das informações disponíveis. Na sua versão mais forte, a hipótese de expectativas racionais supõe que os agentes conhecem o funcionamento da economia (conhecem o modelo relevante) e são capazes de antecipar o efeito de mudanças exógenas. No caso particular do modelo desenhado anteriormente, supõe-se que o trabalhador-produtor toma suas decisões supondo (corretamente) que, no longo prazo, a taxa de inflação corresponde à taxa de crescimento da oferta de moeda, isto é,

$$P^* = P - D \quad (13)$$

Como os mercados se equilibram continuamente (isto é, os contratos são revistos dia a dia), o salário real esperado corresponde continuamente ao salário real observado, e a taxa de desemprego corresponde, também continuamente, à taxa natural ($U = U^n$).

A origem dos ciclos, segundo essa abordagem, está intimamente associada ao comportamento da oferta de trabalho que, por sua vez, depende da percepção dos trabalhadores-produtores quanto à natureza das mudanças no salário nominal e à capacidade que têm de formar expectativas corretas. Se há desemprego, ou ele é natural, ou é transitório devido à incapacidade dos trabalhadores em estimar corretamente o movimento dos salários e da quantidade de moeda em circulação. A principal conclusão da teoria diz respeito à eficácia das políticas econômicas. Se os agentes conhecem o modelo relevante

que rege o comportamento da economia, e têm acesso às informações relevantes, as políticas econômicas somente serão efetivas se surpreenderem os agentes. Uma política anunciada será, em princípio, inócua no seu efeito sobre as variáveis reais.

Várias críticas têm sido feitas à teoria dos ciclos reais. A primeira delas diz respeito à hipótese do trabalhador representativo, que parece um tanto irreal. Em geral, como a força de trabalho é heterogênea, é possível argumentar que cada trabalhador tem uma curva de oferta diferente. Além disso, há restrições institucionais e tecnológicas que fazem com que a maior parte da força de trabalho esteja empregada *full time* ou não esteja empregada — não há a opção de escolha praticamente diária do número de horas a trabalhar. Sendo assim, é razoável supor que o relevante na mensuração do desemprego diga respeito ao número de trabalhadores desempregados e não ao número de horas trabalhadas, como sugere a abordagem dos ciclos reais.

Outra crítica diz respeito à hipótese de formação de expectativas com base em um modelo relevante, isto é, um modelo que de fato descreva o comportamento da economia. Por mais apelo que esta hipótese possa ter do ponto de vista teórico, no plano prático ela é heróica, pois não há como imaginar que dois economistas tenham um mesmo modelo na cabeça. Logo, se há mais de um modelo, e os agentes agem de acordo com o modelo que mais lhes atrai, não há como prever o resultado de uma política econômica nem tampouco levar adiante o argumento da ineficácia das políticas econômicas.

Há ainda a crítica à natureza essencialmente voluntária do desemprego. Como nota Blinder (1987, p. 131), para Lucas, “um trabalhador desempregado está ocupado em uma busca inteligente ou em uma substituição intertemporal proposital (...). Uma pessoa desempregada (...) pode engraxar sapatos em uma estação de trens ou vender maçãs em uma esquina. Se ela não está fazendo nenhuma das duas coisas, está *escolhendo não fazer*”.

Blinder procura arrolar alguns fatos estilizados que apontam para o caráter involuntário do desemprego: quando cresce o desemprego, o que há são dispensas e não desistências propositas; a maioria dos desempregados (nos EUA) está desempregada por um longo período de tempo, o que reduz as chances de estarem ocupados com substituições intertemporais.

5. Flexibilidade salarial, instabilidade e desemprego¹²

Nesta seção sugere-se uma interpretação da teoria do desemprego e do papel da flexibilidade dos salários nominais na *Teoria geral*, de Keynes. Há três

¹² A análise desta seção segue de perto o trabalho de Dutt & Amadeo (1990).

razões que justificam o interesse especial dispensado ao tratamento dado por Keynes à flexibilidade dos salários: em primeiro lugar, o fato de a sua análise ser ainda até hoje a mais profunda e abrangente sobre o assunto; em segundo, o fato de colocar em evidência um equívoco no desenvolvimento do pensamento keynesiano, que ignorou solenemente a análise da variação dos salários;¹³ em terceiro, pelo interesse recente demonstrado pelo tema por economistas keynesianos e neoclássicos.¹⁴

Keynes foi enfático ao negar que sua teoria do desemprego dependia da rigidez dos salários nominais. Ao supor dados dos salários,¹⁵ Keynes (JMK, VII, p. 27) nota que esta simplificação, que seria abandonada posteriormente, é introduzida apenas para facilitar a exposição. A característica essencial do argumento é precisamente a mesma se os salários nominais, etc., são sujeitos a mudanças.

De fato, pode-se argumentar que a teoria de Keynes difere da teoria clássica precisamente neste ponto. A rigidez dos salários nominais e reais era (como até hoje é e isto fica claro na seção 6) um elemento central da teoria clássica do desemprego. A análise do próprio Keynes no *Tratado*, como demonstrado na seção 3, dependia da rigidez salarial para explicar o aparecimento de desemprego. Em 1936, Keynes (p. 257) tinha consciência do papel desempenhado pela rigidez na análise clássica: "(...) a teoria clássica se acostumou a associar a capacidade de auto-ajustamento do sistema econômico à suposta fluidez dos salários nominais; e a responsabilizar a rigidez pelo mal ajustamento."

Há duas partes distintas na análise da *Teoria geral*. Uma em que o salário nominal é dado, isto é, funciona como parâmetro do modelo; e outra em que o salário é flexível, vale dizer, responde a estímulos gerados pelas condições de oferta e demanda no mercado de trabalho. A primeira parte — do modelo estático — refere-se à determinação da configuração de equilíbrio em que as variáveis endógenas por excelência são os níveis de emprego, produção e preços. É possível que o nível de emprego assim determinado não corresponda ao pleno emprego da força de trabalho. Se este for o caso, tem-se a situação de equilíbrio com desemprego. No modelo dinâmico ou histórico, do capítulo 19 da *Teoria geral*, Keynes abre mão da hipótese de salários dados, e mostra qual o argumento,

¹³ Hoje parece haver ampla concordância entre os economistas anglo-saxões de que "a principal característica da macroeconomia keynesiana que a distingue da economia clássica é o postulado da rigidez de alguma variável nominal (...)" (McCallum, 1987, p. 126).

¹⁴ Em particular, Hahn & Solow (1986).

¹⁵ É preciso distinguir o termo *dado*, que se refere a uma opção essencialmente metodológica de tomar uma variável como parâmetro, do termo *rigido*, que resulta da observação empírica da realidade e assume papel de fato estilizado no modelo.

segundo a abordagem clássica, para que a redução dos salários leve ao crescimento do emprego. O argumento é o mesmo utilizado por ele no *Tratado*: a queda dos salários gera um deslocamento da curva de custo marginal que resulta no crescimento do emprego e produção, dadas as condições de demanda e o preço esperado. A rigor, é um argumento de equilíbrio parcial, que ignora os efeitos sobre a demanda agregada. O final do artigo examina esses efeitos.

Os efeitos da queda dos salários são vários e muito conhecidos entre uma minoria de estudiosos da *Teoria geral*, mas não da grande maioria dos economistas. São eles:

1. A redistribuição de renda de assalariados para outros grupos, e de empresários para rentistas (em conseqüência da redução dos preços); o efeito sobre o nível de emprego depende das propensões a poupar dos diferentes tipos de rendas, mas, em geral, o efeito líquido deve ser contracionista.
2. Resultará em crescimento do investimento, se há expectativas de que a queda dos salários se reverterá no futuro; levará à queda dos investimentos, se houver expectativas de manutenção da tendência à queda dos salários.
3. A redução do nível de preços fará cair a demanda por moeda, gerando pressões à baixa sobre a taxa de juros e estimulando o investimento. Entretanto, se a deflação gerar fuga dos ativos reais (em particular, dos bens de capital), devido ao crescimento da taxa de juros real, e crescimento da demanda por moeda, o efeito líquido será contracionista.¹⁶
4. Pode gerar efeitos positivos sobre o *animal spirits* dos empresários, mas pode também provocar reações contestatórias por parte dos sindicatos.
5. O efeito, sobre os devedores, da queda dos preços pode levar a falências, com repercussões sobre o comportamento dos demais agentes. O efeito positivo sobre a riqueza dos credores pode vir a não se concretizar.
6. Em uma economia aberta, a redução do nível de preços pode estimular as exportações e reduzir as importações, gerando efeitos expansionistas, se a taxa de câmbio permanecer fixa.

Keynes (JMK, VII, p. 266) nota que “este não é um catálogo completo das reações possíveis da redução dos salários (...) [mas] cobre aqueles que são mais importantes”. Ao fim de sua discussão sobre estas reações, Keynes observa que o efeito sobre a taxa de juros e o investimento é aquele a que deveriam ater-se os que crêem na capacidade do sistema de auto-ajustar-se. De fato, no nível dos efeitos sobre a demanda agregada, este é o efeito a que ele próprio se atém no *Tratado*. Entretanto, se o principal efeito expansionis-

¹⁶ Este é o argumento discutido por Hahn & Solow (1986).

ta se dá via crescimento da quantidade real de moeda, por que depender da queda dos salários com seus efeitos colaterais? Por que não fazer política monetária ativa?¹⁷

O fato é que, segundo esta análise, não há por que ser otimista quanto à capacidade do sistema de se ajustar via reduções de salário nominal. Mais que isso, os efeitos mais promissores poderiam ser substituídos por uma política monetária ativa, sem as ambigüidades associadas à deflação. Por último, dois pontos ainda não explorados: Keynes não via a flexibilidade dos salários como parte dos fatos estilizados da época (e hoje isto parece ser ainda mais verdadeiro), e via a estabilidade dos salários como a melhor política salarial a ser perseguida: “O principal resultado [da política de salários flexíveis] seria causar uma grande instabilidade dos preços, talvez tão violenta a ponto de tornar irrelevantes os cálculos capitalistas (...)” (JMK, VII, p. 268).

A rigidez dos salários está longe de ser a causa do desemprego, segundo a análise da *Teoria geral*. Por outro lado, a sua flexibilidade é indesejável, por aumentar o potencial de instabilidade do sistema. Daí a razão de haver certa racionalidade implícita no comportamento dos agentes ao recusarem a flexibilidade dos salários e dos preços. Como sugere Dutt (1986, 1987), portanto, não é a rigidez dos salários a causa do desemprego, mas é o desemprego decorrente da instabilidade associada à flexibilidade dos salários que provoca um comportamento inercial de preços e salários.

Abstract

This article, in its first part, discusses theoretical aspects of the causes of unemployment, from Keynes' *General theory* to the “real business cycle” literature. In the second part, we discuss the new interpretations of the theme, focusing on the resurgence of unemployment in the OECD countries. We stress the role played by unions structures on macroeconomic performance.

¹⁷ Keynes tinha razões para supor que, durante uma recessão, políticas monetárias seriam pouco eficazes; mas este é um problema à parte.

Referências bibliográficas

Amadeo, E. *Desemprego, salários e preços: uma análise comparativa de Keynes e da macroeconomia da década de 1970*. Rio de Janeiro, BNDES, 1982.

_____. *Real wages and the level of employment in Keynes, Friedman and Lucas*. Harvard University, 1984. mimeogr.

_____. Sobre salários nominais: as críticas keynesianas e monetaristas à abordagem de Keynes sobre o mercado de trabalho. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, 16(12): 309-20, ago. 1986a.

_____. Controversies over the equilibrium position in Keynes general theory. *Texto para discussão*, PUC/RJ, 1986b.

_____. *Keynes's principle of effective demand*. Upleadon, Edward Elgar, 1989.

_____ & Camargo, J.M. *Labour mobilization and inflation*. Wider/UNU, 1988. mimeogr.

_____ & _____. *A structuralist analysis of inflation and stabilization*. Wider, Jan. 1989. mimeogr.

_____ & Dutt, Amitava. Keynes's dichotomy and wage-rigidity Keynesianism: a puzzle in economic thought. In: Blaug, M. & Moggridge, D., ed. *Perspectives on the history of economic thought*. Upleadon, Edward Elgar, 1990a.

_____ & _____. Keynes's dichotomy and wage-rigidity Keynesianism: a puzzle in Keynesian thought. In: Blaug, M. & Moggridge, D., ed. *Perspectives on the history of economic thought*. op. cit. 1990b.

Blinder, A. Keynes, Lucas and scientific progress. *American Economic Review*, 77(2): 130-42, May 1987.

Calmforms, L. Employment policies, wage formation and trade union behavior in a small open economy. *The Scandinavian Journal of Economics*, 84(2): 345-73, 1982.

_____ & Horn, H. Employment policies and centralized wage-setting. *Economica*, 53(211): 281-302, Aug. 1986.

Dutt, A.K. Wage rigidity and unemployment: the simple diognomatics of two views. *Journal of Post-Keynesian Economics*, Winter, 1986.

_____ & Amadeo, E. *The neo-Ricardians and the post-Keynesians*. Upleadon, Edward Elgar, 1990.

Eatwell, J. The long period theory of employment. *Cambridge Journal of Economics*, 1983.

Friedman, M. The role of monetary policy. *American Economic Review*, Nashville, 58(1): 1-17, Mar. 1968.

Garegnani, P. Consumption, investment and effective demand (I). *Cambridge Journal of Economics*, 1978.

_____. Consumption, investment and effective demand (II). *Cambridge Journal of Economics*, 1979.

Hahn, F. & Solow, R. Is wage flexibility a good thing? In: Beckerman, W., ed. *Wage rigidity and unemployment*. Baltimore, John Hopkins University Press, 1986.

Kalecki, M. The lessons of the Blum experiment. *Economic Journal*, London, 48, 1938.

_____. *Essays in the theory of economic fluctuations*. London, Farrar & Rinehart, 1939.

_____. The supply curve of an industry under imperfect competition. *Review of economic studies*, 1940.

_____. The problems of profit margins. *Bulletin of the Oxford Institute of Statistics*, 1942a.

_____. Mr. Whitman on the concept of the "degree of monopoly". *Economic Journal*, 52, 1942b.

_____. *Studies in economic dynamics*. London, Farrar & Rinehart, 1943a.

_____. A theory of long run distribution of the product of industry. *Oxford Economic Papers*, 1943b.

_____. Profits, salaries and wages. *Bulletin of the Oxford Institute of Statistics*, 1943c.

_____. Three ways to full employment. In: *Economics of full employment*. New York, A.M. Kelley, 1969a. (Publ. originariamente em 1944.)

_____. *Theory of economic dynamics*. New York, A.M. Kelley, 1969b. (Publ. originariamente em 1954.)

_____. *Selected essays on the dynamics of the capitalist economy*. Cambridge, Cambridge University Press, 1971.

_____. *Crescimento e ciclo das economias capitalistas*. Rio de Janeiro, Hucitec, 1977.

Katz, Lawrence. Efficiency wage theories: a partial evaluation. *Macroeconomics Annual*, NBER, 1986.

Keynes, J.M. The economic consequences of Mr. Churchill, 1925. (Reimpr. em JMK, 1963.)

_____. *A treatise on money*, 1930. (Reimpr. em JMK, 1971a e 1971b.)

_____. *The general theory of employment, interest and money*, 1936. (Reimpr. em JMK, 1973a.)

_____. Relative movements of real wages and output. *Economic Journal*, London, 49:34-51, Mar. 1939.

_____. *Essays in persuasion*. W.W. Norton, 1963.

_____. *A treatise on money*. Part 1: The pure theory of money. London, Macmillan, 1971a. (The Collected Writings of John Maynard Keynes, 5.)

_____. *A treatise on money*. Part 2: The applied theory of money. London, Macmillan, 1971b. (The Collected Writings of John Maynard Keynes, 6.)

_____. *The general theory of employment, interest and money*. London, Macmillan, 1973a. (The Collected Writings of John Maynard Keynes, 7.)

_____. *The general theory and after*. Part 1: Preparation. In: Moggridge, Donald, ed. London, Macmillan, 1973b. (The Collected Writings of John Maynard Keynes, 13.)

_____. *The general theory and after*. Part 2: Defence and development. In: Moggridge, Donald, ed. London, Macmillan, 1973c. (The Collected Writings of John Maynard Keynes, 14.)

_____. *The general theory and after*. A supplement. In: Moggridge, Donald, ed. London, Macmillan, 1979. (The Collected Writings of John Maynard Keynes, 29.)

_____. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. 2. ed. São Paulo, Nova Cultural, 1985.

Lucas Jr., R. Understanding business cycles. In: Lucas Jr., R. *Studies in business cycle theory*. Cambridge, MIT Press, 1981.

_____ & Rappling, A.L. Price expectations and the Phillips curve. *American Economic Review*, p. 342-50, 1969.

_____ & Sargent, T. After Keynesian macroeconomics. *Quarterly Review of Economics*, p. 1-16, 1979.

Malinvaud, E. *The theory of unemployment reconsidered*. Oxford, Basil Blackwell, 1977.

Marglin, S. *Growth, distribution and prices*. Cambridge, Harvard University Press, 1984.

McCallum, B. Unemployment in OECD countries in the 1980's. *The Economic Journal*, 96:942-60, 1986.

_____. The development of Keynesian macroeconomics. *The American Economic Review*, 77(2): 125-42, 1987.

Milgate, M. *Capital and employment*, New York, Academic Press, 1982.

Nickell, S. Wages and unemployment: a general framework. *Economic Journal*, 92(365): 51-5, 1985.

_____. The rise in unemployment: a multi-country study. *Economica*, 53:1-22, 1988.

Solow, R. Down the Phillips curve with gun and camera. In: Belshley, D.A. et alii, ed. *Inflation, trade and camera*. Ohio State UP, 1976.

_____. Alternative approaches to macroeconomics theory: a partial view. *Canadian Journal of Economics*, Toronto, 12(3): 339-54, Aug. 1979a.

_____. Another possible source of wage stickness. *Journal of Macroeconomics*, 1(1): 79-82, 1979b.

_____. On theories of unemployment. *American Economic Review*, Nashville, 70(1): 1-11, Mar. 1980.

_____. Unemployment: getting the questions right. *Economica*, 1986.

Therborn, G. *Why are some people more unemployed than others?* Polity Press, 1986.